

# PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

## 1. Apresentação

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 225, § 3º: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

O poder público, como gerador de resíduos, é responsável, junto com o setor empresarial e a coletividade, pelos danos causados ao meio ambiente, decorrentes da gestão inadequada dos resíduos sólidos.

Neste sentido, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS é instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), que dispõe sobre princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos relativos à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

A PNRS cria também uma hierarquia que deve ser observada para a gestão dos resíduos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, instituindo uma ordem de precedência que deixa de ser voluntária e passa a ser obrigatória.

Para tanto, o presente documento contém a legislação e normas reguladoras, a descrição dos empreendimentos, os objetivos e as disposições a respeito do gerenciamento dos resíduos na respectiva Subseção Judiciária, além da tabela da destinação dos resíduos e das ações para implementação do PGRS nas diferentes unidades da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo.

Em cumprimento ao art. 14, inciso VI, da Lei 12.305/2010, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Subseção Judiciária de Bauru, da Justiça Federal de São Paulo tem por objetivo identificar os tipos de resíduos gerados pelas diferentes atividades da Unidade, definir os critérios de segregação, coleta, armazenagem e transporte, bem como da destinação final adequada, nos termos da Política Institucional de Gestão de Resíduos Sólidos da JF3R (Resolução Pres. TRF3 451, de 10 de agosto de 2021), bem como da legislação municipal: Lei municipal 5.837/2009 e Decreto 14.306/2019.

## 2. Siglas

**CGA-JF3R:** Comissão de Gestão Ambiental da Justiça Federal da 3ª Região

**JFSP:** Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

**PGRS:** Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

**PLS:** Plano de Logística Sustentável

**PNRS:** Política Nacional dos Resíduos Sólidos

**SUSO:** Seção de Gestão Socioambiental e Acessibilidade, da JFSP

**UCIN:** Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação, da JFSP

### 3. Descrição do Empreendimento

#### 3.1 Informações básicas

**Unidade:** Subseção Judiciária de Bauru

**Endereço:** Avenida Getúlio Vargas, 21-05

**CEP:** 17017-383

**Telefone:** (014) 2107-9520

**E-mail:** bauru-nuar@trf3.jus.br

**Quantidade de servidores(as):** 75

**Quantidade de magistrados(as):** 06

**Quantidade de estagiários(as):** 12

**Quantidade de terceirizados(as):** 23

**Força de Trabalho Total:** 116

#### 3.2 Estrutura física

**Área construída (m<sup>2</sup>):** 4483,62

**Descrição do(s) edifício(s):** a Justiça Federal está instalada em um prédio de 09 (nove) pavimentos. A área construída é cerca de 4.400 m<sup>2</sup>, distribuídos em sete andares e dois subsolos. As salas do prédio possuem climatização individualizada – aparelhos tipo “Split”, e banheiros privativos – masculino e feminino. Todos os andares do prédio contam com uma sala denominada “Acesso Restrito”, onde ficam os cabos de lógica do prédio e um corredor que dá acesso às sacadas externas, nas quais estão instaladas as máquinas condensadoras dos aparelhos de ar condicionado. Todas as sacadas contam com redes de proteção, a fim de proporcionar maior segurança quando da manutenção dos equipamentos de ar condicionado, bem como para impedir o acesso de aves, que causam muita sujeira, tanto nos aparelhos de ar, quanto nas sacadas. Após a instalação das redes, foram reduzidas as lavagens das sacadas, colaborando para economia de água e contribuindo com a sustentabilidade.

O prédio é servido por 02 (dois) elevadores.

No hall de todos os andares há um banheiro destinado ao público em geral, devidamente, preparado para pessoas com mobilidade reduzida: barras de apoio, torneiras, botões de pânico, portas que abrem para fora, com proteção para cadeiras de rodas são alguns exemplos das adaptações.

O prédio é servido por escadas com portas corta fogo, de suma importância no caso de evacuação por motivo de incêndio.

Há boa iluminação interna em todo o prédio, visto a fachada ser envidraçada. No entanto, por este motivo, durante o verão há forte incidência do sol no ambiente. Assim, para evitar o aquecimento do ambiente interno há persianas e película protetora nos vidros.

A segurança do espaço é feita por central de segurança e monitoramento, com câmeras distribuídas, estrategicamente, em vários pontos do prédio, tais como: balcões de atendimento dos cartórios, na entrada do Fórum e para monitoramento de garagens e fachadas. Ressalta-se que no primeiro andar, no “cash” da CEF há câmera da própria CEF.

O seguro das instalações é prestado pela empresa SOMPO Seguros e tem validade das 24:00h do dia 23/02/2023 às 24:00h do dia 23/02/2024. No entanto, nos termos do doc SEI nº 9537476, os prédios estão segurados, mas a apólice somente será emitida após o apostilamento, com o valor reajustado e atualizado.

O prédio está em bom estado de conservação. Foi entregue pela construtora no final de 2008 para locação ao Fórum Federal de Bauru.

O proprietário realizou a renovação da pintura externa do prédio, que é de sua responsabilidade, no ano de 2021.

A pintura interna está em constante renovação, pelos funcionários da empresa de manutenção predial, com a finalidade de preservar o bom aspecto do prédio.

O prédio conta com alguns purificadores de água instalados e também bebedouros em galão. Não foram instalados todos os purificadores em razão da mudança de prédio, evitando-se gastos e retrabalho. As lâmpadas fluorescentes foram substituídas por led e há sensores de presença, visando à diminuição do consumo energético.

### 3.3 Dados do responsável pela implementação do PGRS

**Nome completo:** Daniela Galicia Mariuzzo

**Cargo:** Diretora do Núcleo de Apoio Regional

**Telefone:** (14) 2107-9520

**E-mail:** dgalicia@trf3.jus.br

#### 4. Justificativa

A implementação de um programa de gestão de resíduos exige mudança de atitudes, por isso é uma atividade que traz resultados a médio e longo prazo, além de requerer monitoramento permanente. Uma vez implementado, o PGRS terá atuação perene dentro da unidade geradora de resíduo, razão pela qual é muito importante que seja bem equacionado, discutido e assimilado por todos que serão responsáveis por sua manutenção e sucesso.

Um programa de gestão de resíduos deve sempre adotar o princípio da responsabilidade objetiva, isto é, quem gerou o resíduo é responsável por ele. A segregação e a coleta dos resíduos sólidos devem ser uma atividade diária, preferencialmente realizada logo após o término do procedimento de rotina.

O plano de gerenciamento é um conjunto de atividades cuja finalidade é dar aos resíduos o destino mais adequado, de acordo com suas características. Compreende as etapas de caracterização, segregação, armazenamento ou acondicionamento, transporte, tratamento, recuperação e eliminação dos resíduos.

A primeira etapa do plano é a identificação e caracterização de todos os resíduos gerados pelo estabelecimento na execução de suas atividades. Nesse inventário, deve constar a quantidade e a periodicidade dos resíduos gerados.

Isso possibilita a reciclagem e o reúso de tudo o que é possível, bem como habilita o resíduo para a sua destinação final.

Tudo isso sem perder de vista que o reúso e a reciclagem podem e devem ser exercitados e fomentados dentro do estabelecimento gerador. Entende-se por reúso o uso do resíduo como insumo, sem que sofra qualquer tratamento. Já a reciclagem envolve o uso do material (ou do seu conteúdo energético) após algum tipo de tratamento.

## 5. Legislação Aplicável

[Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) – Trata dos princípios gerais da atividade econômica em seu artigo 170 e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado em seu artigo 225.

[Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981](#) – Dispões sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

[Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998](#) – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

[Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022](#) – Regulamenta a Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

[Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006](#) – Institui a Política de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo e define princípios e diretrizes;

[Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#) – Institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas;

[Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010](#) – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);

[ISO 2600](#) – Estabelece diretrizes sobre responsabilidade social;

[Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011](#) – Estabelece o Regime diferenciado de contratações públicas;

[Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012](#) – Determina a adoção de iniciativas referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas;

[Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012](#) – Estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal bem como suas vinculadas;

[Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020](#) – Institui o programa A3P e estabelece suas diretrizes;

[Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020](#) – Atualiza o marco legal do saneamento básico

[Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021](#) – Dispõe sobre a política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, revogando a resolução CNJ 201/2015.

[Resolução Pres nº 451, de 10 de agosto de 2021](#) – Dispõe sobre a Política Institucional de Gestão de Resíduos Sólidos no âmbito da Justiça Federal da 3.ª Região.

[Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023](#) – Institui o Programa Diogo de Sant’Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.

[Resolução Pres. TRF3 613, de 31 de maio de 2023](#) - Altera a Res. 451/2021.

## 6. Objetivos

### 6.1 Objetivo Geral:

- Orientar o gerenciamento de resíduos sólidos da Subseção Judiciária, em consonância com o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal de São Paulo.

### 6.2 Objetivos Específicos:

- reduzir a geração de resíduos nas dependências do Fórum;
- reaproveitar materiais gerados na Unidade;
- promover melhor segregação dos resíduos gerados na Unidade com apoio dos servidores e funcionários;
- contribuir com a reciclagem dos resíduos da JFSP;
- reduzir os impactos ambientais com a destinação socioambientalmente adequada dos resíduos reutilizáveis e recicláveis gerados na Unidade;
- contribuir para a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis.

## 7. Gerenciamento dos Resíduos Sólidos

### 7.1 Características e classificação dos Resíduos

Os resíduos sólidos podem ser classificados quanto a sua origem e quanto a sua periculosidade, conforme estabelece o artigo 13, da PNRS:

“I - quanto à origem:

- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;
- d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;
- e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;
- f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;
- i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;
- j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;
- k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - Quanto à periculosidade:

- a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;
- b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a”. “



Via de regra, a JFSP contribui com a geração dos resíduos identificados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “g” e “h”, a título de exemplo: papel, plástico, metal, materiais de saúde contaminados, resíduos de obras, entre outros, podendo ser perigosos, ou não, conforme o caso.

Os resíduos perigosos devem ser segregados na origem, embalados, identificados e ter a sua destinação (tratamento, aterro, reciclagem, reutilização etc.) formalmente documentada.

Os resíduos sólidos e líquidos segregados, não perigosos e passíveis de reciclagem devem ser segregados, embalados, identificados e encaminhados para reciclagem. Os resíduos devem ser segregados de acordo com os princípios da coleta seletiva na JFSP, em conformidade com a Política Institucional de Gestão de Resíduos Sólidos da JF3R (Res. Pres.TRF3 451/2021).

Em relação aos resíduos decorrentes de obras, reformas, atendimentos de saúde, limpeza, manutenção de veículos, entre outros, a segregação respeitará as normas vigentes.

Ações de capacitação, sensibilização e de comunicação dirigidas a todos os integrantes do corpo funcional serão promovidas regularmente, conforme item Capacitação e Sensibilização.

## 7.2 Segregação, coleta, armazenamento e destinação

### 7.2.1 Resíduos Perigosos

Os resíduos perigosos **NÃO** podem ser destinados às cooperativas de catadores de materiais recicláveis que não tenham licenciamento!

Deve-se verificar se a cooperativa tem licença para receber pilhas, baterias e eletrônicos.

#### 7.2.1.1 Pilhas e baterias

No caso das pilhas e baterias, os principais metais perigosos presentes são: cádmio, mercúrio e chumbo. Para realizar a destinação correta desses materiais, muitos órgãos e entidades públicas têm realizado parcerias com programas de coleta implementados por instituições privadas como, por exemplo, o “papa pilhas”. Nesse caso, há que se considerar que, mesmo sendo a instituição privada quem realiza a destinação, o poder público possui responsabilidade no processo e deve monitorá-lo.

As pilhas e baterias utilizadas nas atividades da Subseção são aquelas:

- trazidas por magistrados, servidores, estagiários e terceirizados (oriundas de campanhas internas de Educação Ambiental)
- oriundas de equipamentos contratados ou adquiridos pela unidade.

São descartadas e destinadas da seguinte forma:

- em coletor específico para armazenamento temporário e descartadas pela entidade de catadores em ecoponto na cidade.
- em sistema de logística reversa, no qual a responsabilidade pelo descarte ambientalmente correto é de responsabilidade da(s) empresa(s) de prestação de serviços contratada(s).
- em coletor específico para armazenamento temporário e descartadas pela instituição em ecopontos específicos para esse tipo de resíduo.
- outro procedimento: a diretora do NUAR leva até um local que há caixas coletoras de pilhas e baterias.

Frequência de medição: anual

Quantidade gerada em quilogramas:

2021	2022

#### 7.2.1.2 Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e luz mista

As lâmpadas fluorescentes usadas (queimadas) devem ser acondicionadas, preferencialmente, nas embalagens originais, na posição vertical e protegidas contra choques mecânicos para evitar a quebra. Depois de embaladas individualmente, devem ser acondicionadas em um recipiente resistente para o transporte até a empresa de reciclagem que deverá estar licenciada pelos órgãos ambientais competentes.

- Após a substituição, as lâmpadas fluorescentes usadas são acondicionadas para armazenamento temporário em local específico até a coleta por empresa contratada para transporte, tratamento, descontaminação e destinação final.
- Após a substituição, as lâmpadas fluorescentes usadas são acondicionadas para armazenamento temporário em local específico até a coleta pela empresa fornecedora desses produtos, em sistema de logística reversa, conforme previsão contratual.
- Outro procedimento: .

Frequência de medição: anual

Quantidade gerada em unidades:

2021	2022

- A Administração substituiu as lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED que não são classificadas como resíduos perigosos. Assim, não há mais descarte de lâmpadas fluorescentes.
- As lâmpadas LED são descartadas como “resíduos eletrônicos” e destinados à entidade que possui acordo de cooperação mútua com a Subseção, como qualquer outro equipamento.
- As lâmpadas LED são destinadas a ecopontos, mediante recibo.
- Após a substituição, as lâmpadas LED usadas são acondicionadas para armazenamento temporário em local específico até a coleta pela empresa fornecedora desses produtos, em sistema de logística reversa, conforme previsão contratual.
- Outro procedimento: são acondicionadas e levadas a uma loja que vende lâmpadas, onde há coleta para logística reversa.

### **7.2.1.3 Resíduos de construção civil**

Os resíduos de construção civil são decorrentes das atividades de manutenção predial composto de entulhos de concreto e alvenarias; madeiras, placas de divisórias e restos em geral; vidros diversos, quebrados e inteiros; isopor, fibra de vidro, lã de vidro, plásticos e demais resíduos sólidos.

- Os entulhos gerados nas obras ou serviços de engenharia contratados pela Subseção são destinados pela própria empresa contratada.
- Os entulhos de concreto e alvenaria gerados pelos serviços de manutenção da própria unidade são acondicionados em sacos próprios com aproximadamente 30 litros.
- Os filtros de ar-condicionado são acondicionados em sacos de 100 litros e caixas de papelão com dimensões aproximadas de 50cmx50cmx50cm.
- Outro procedimento: não houve resíduo de construção, pois não houve obra no período.

Frequência de medição: mensal

Quantidade gerada em quilogramas:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2021													
2022													

Coleta, transporte e destinação final:

Empresa:

CNPJ:

Expediente:

#### 7.2.1.4 Resíduos eletroeletrônicos

Os resíduos eletroeletrônicos de propriedade da Subseção não patrimoniados (cabos, CDs, DVDs, mouse, teclados) e aqueles trazidos por magistrados, servidores, estagiários e terceirizados (oriundos de campanhas internas de Educação Ambiental) são acondicionados em contêiner para posterior encaminhamento às cooperativas credenciadas:

Nome:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

E-mail:

Representante legal:

Outro procedimento: Todos os componentes acima citados são colocados em processo de desfazimento .

Frequência de medição: anual

Quantidade gerada em quilogramas:

2021	2022
não houve desfazimento	não houve desfazimento

Obs.: Em relação aos resíduos eletroeletrônicos (computadores e demais equipamentos de informática), as instituições públicas federais precisam observar o disposto na Lei nº 14.479/2022, que institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão e o Decreto nº 10.340/2020. De acordo com esses normativos, os equipamentos, as peças e os componentes de tecnologia da informação e comunicação classificados como ociosos, recuperáveis ou antieconômicos poderão ser doados: a organizações da sociedade civil de interesse público e a organizações da sociedade civil que participem do programa de inclusão digital do Governo federal; ou a organizações da sociedade civil que comprovarem dedicação à promoção gratuita da educação e da inclusão digital.

### 7.3 Resíduos não perigosos

#### 7.3.1 Recicláveis

O resíduo reciclável é disposto em sacos de 100 e 200 litros no local destinado para este fim no edifício até a coleta.

Outro procedimento:

##### 7.3.1.1 Destinação

Entidade (Cooperativa/Associação):

Nome:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

Telefone: (     )     -     

E-mail:

Representante legal:

SEI:

Prefeitura, que realiza o rateio do material a entidades de catadores de materiais recicláveis, mediante a aferição dos quantitativos de resíduos destinados.

Ecoponto, mediante aferição dos quantitativos de resíduos destinados:

Nome:

Endereço:

Outra destinação:

**a) Papel:**

Papel A4, papelão, cartazes, cartolinas, envelopes, jornais, formulários contínuos, fotocópias, impressos em geral, lista telefônica, rascunhos escritos, revistas, papel de fax etc.

Após o recolhimento do resíduo descartado em container específico pela equipe de limpeza, o armazenamento ocorre em local do edifício destinado para esta finalidade até a destinação final.

Frequência de medição: mensal

Quantidade gerada em quilogramas:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2021										132			132
2022			133,8					271,7	93,1	213,9			712,5

Os resíduos oriundos da gestão documental, resultantes da publicação dos editais de eliminação de autos judiciais findos e da análise dos documentos administrativos com temporalidade cumprida, desta Subseção, são destinados para cooperativa/associação de catadores com termo de compromisso firmado.

**b) Plástico:**

Copos descartáveis de água e café; embalagens de água e refrigerante (PET); embalagens de produtos de limpeza, higiene e alimentos; vasilhas e potes, tampas, isopor e sacos etc.

Após o recolhimento do resíduo descartado em container específico pela equipe de limpeza, o armazenamento ocorre em local do edifício especialmente designado para este fim até a destinação final.

Frequência de medição: mensal

Quantidade gerada em quilogramas:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2021													
2022													

No período do diagnóstico os resíduos plásticos não foram segregados separadamente, sendo computados como coleta geral, nos termos da Resolução 400/2021, do CNJ.

### c) Metais:

Latas de alumínio, arame, cabos metálicos, embalagens, esquadrias, ferragens, fios etc.

Após o recolhimento do resíduo descartado em container específico pela equipe de limpeza, o armazenamento ocorre em local do edifício especialmente designado para este fim até a destinação final.

Frequência de medição: mensal

Quantidade gerada em quilogramas:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2021													
2022													

No período do diagnóstico os resíduos de metais não foram segregados separadamente, sendo computados como coleta geral, nos termos da Resolução 400/2021, do CNJ.

### d) Vidros:

Cacos, copos, garrafas, potes, recipientes, frascos etc.

Após o recolhimento do resíduo descartado em container específico pela equipe de limpeza, o armazenamento ocorre em local do edifício especialmente designado para este fim até a destinação final.

Frequência de medição: mensal

Quantidade gerada em quilogramas:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2021													
2022													

No período do diagnóstico os resíduos de metais não foram segregados separadamente, sendo computados como coleta geral, nos termos da Resolução 400/2021, do CNJ.

**e) Outros recicláveis:**

- A subseção disponibiliza aos magistrados, servidores, estagiários e terceirizados coletores de cápsulas de café dos setores que se utilizam das máquinas de café em cápsulas.
- A subseção coleta borra de café para utilização em hortas (quilogramas).
- A subseção coleta orgânicos para compostagem (quilogramas).
- A subseção coleta lacres de latas de alumínio ou tampas de plástico para ação social junto a instituições filantrópicas (litros).
- Outro: .

Frequência de medição: mensal

Quantidade gerada em quilogramas ou litros:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2021													
2022													

A realização dessas coletas seletivas visa evitar o descarte no lixo comum, reforçando o senso de responsabilidade com o meio ambiente e engajamento com ações sociais.

Após o recolhimento dos resíduos descartados em container específico pela equipe de limpeza, o armazenamento ocorre em local do edifício especialmente designado para este fim até a destinação final.

**7.3.2 Não Recicláveis**

**a) Orgânicos**

São os restos de comida e cascas de alimentos não destinados à compostagem.

O resíduo orgânico é disposto em sacos de 100 e 200 litros e o armazenamento ocorre em local do edifício especialmente designado para este fim até a destinação final.



Frequência de medição: mensal

Quantidade gerada (em litros):

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2021													
2022													

Coleta, transporte e destinação final:

Empresa: Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru

CNPJ: 50.778.851/0001-38

### **b) Rejeitos**

São os resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada. São considerados rejeitos: papel higiênico, papel toalha e guardanapo usado.

O rejeito é disposto em sacos de 100 e 200 litros e o armazenamento ocorre em local do edifício especialmente designado para este fim até a destinação final.

Frequência de medição: mensal

Quantidade gerada (em litros):

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2021													
2022													

Coleta, transporte e disposição final:

Empresa: Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru

CNPJ: 50.778.851/0001-38

## 8. Etapas do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos

### 8.1 Segregação/Separação

Desde 2013, com a adesão à A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública, do Ministério do Meio Ambiente, a JFSP adotou a coleta seletiva na gestão socioambiental fundada na separação entre resíduos secos/recicláveis e lixo não reciclável/orgânico/rejeito.

A coleta seletiva é um sistema de recolhimento de resíduos que conta com uma classificação prévia de acordo com a origem do material. Cada material, ou um conjunto de materiais, recebe uma cor que indica sua natureza ou tipo de classificação. Em seguida, a destinação ou disposição final é realizada de acordo com os critérios legais preestabelecidos.

A segregação/separação dos resíduos constitui-se na primeira etapa da coleta seletiva e ocorre no próprio local de sua geração.

Em cada setor encontram-se recipientes distintos para a colocação de material reciclável e de material não reciclável, diferenciados pelas cores dos sacos plásticos:

- a) azul: para resíduos sólidos de papel, sendo que o uso de caixas de papelão devidamente identificadas como coletores exclusivos de papel é uma opção a este tipo de lixeira.
- b) vermelho: para resíduos sólidos de plástico, de metal e de vidro;
- c) marrom: para lixos orgânicos e não recicláveis.

Nos banheiros, os resíduos são depositados em sacos plásticos da cor cinza ou preta.

Para maior eficácia do sistema implantado:

- As lixeiras devem estar adesivadas com as etiquetas disponibilizadas pela SUSO.
- A lixeira de recicláveis e a de não recicláveis são disponibilizadas sempre em conjunto, em local de uso comum e de fácil acesso aos usuários
- A lixeira ou a caixa própria para a coleta de papel é disponibilizada próximo a impressoras.
- Não é permitida a disponibilização de lixeira de uso individual nas áreas de trabalho.

Há estudos em andamento visando incrementar o sistema de coleta seletiva implantado na JFSP.

### 8.2 Coleta e transporte interno

Consiste no recolhimento do resíduo diretamente do ponto de geração e remoção para local específico destinado ao armazenamento temporário.

Os resíduos da coleta seletiva são recolhidos nas unidades geradoras pela equipe terceirizada de limpeza, que os encaminhará para local de armazenamento temporário, sem misturá-los entre si e tampouco com os rejeitos.

### 8.3 Armazenamento temporário

Trata-se da contenção temporária de resíduos em área específica dentro do tribunal, durante o aguardo da coleta e transporte externo.

Os resíduos ficam armazenados temporariamente em local do edifício especialmente reservado para esta finalidade, onde ficam aguardando a destinação final.

Outra:

Descreva como ocorre a coleta e o transporte interno dos resíduos:

As colaboradoras da limpeza coletam o lixo orgânico e deixam acondicionado em local próprio, colocando-o, na lixeira em frente ao prédio, no dia da coleta pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru, que é realizada às terças e quintas feiras.

### 8.4 Coleta, transporte externo e destinação final

A coleta e o transporte externos consistem no recolhimento dos resíduos e na sua remoção para a destinação visando ao tratamento ou à disposição final.

Os resíduos recicláveis seguem para a sede da cooperativa/associação onde passam pelo processo de triagem.

Os resíduos recicláveis são recolhidos pela Prefeitura e passam pelo processo de triagem.

Devido ao baixo volume de orgânicos, rejeitos e resíduos de construção civil coletados, a Prefeitura responsabiliza-se pelo transporte e disposição final adequada desses materiais.

Os resíduos orgânicos, os rejeitos e os resíduos de construção civil são transportados diretamente pela empresa contratada.

Outra:

Descreva como ocorre a coleta, o transporte externo e a destinação final dos resíduos:

A coleta de orgânicos e rejeitos é realizada pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru e depositado no aterro sanitário

## 9. Sensibilização, Comunicação e Capacitação

O NUAR é o responsável, na Subseção, por acompanhar, disseminar e multiplicar as ações do plano de sensibilização e capacitação específico do PGRS, promovido pela Seção de Gestão Socioambiental e Acessibilidade, que envolverá:

- Ações de comunicação e divulgação acerca da implantação do PGRS;
- Minicursos online voltados à disseminação de boas práticas relacionadas ao PGRS;
- Capacitação de servidores para a formação de agentes multiplicadores nas Subseções;
- Ações de sensibilização a serem disponibilizadas regularmente nas diversas mídias da instituição;
- Palestras para capacitação e sensibilização dos colaboradores terceirizados sobre o PGRS.